

**ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA
FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA CURSO
DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ELISANGELA MARIA DE OLIVEIRA

**LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: UMA PROPOSTA
RELEVANTE PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS
SURDAS.**

Aparecida de Goiânia

2019/2

ELISANGELA MARIA DE OLIVEIRA

**LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: UMA PROPOSTA
RELEVANTE PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS
SURDAS.**

Artigo Científico apresentado (a) à Faculdade Nossa Senhora Aparecida–FANAP, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado (a) em Pedagogia, sob a orientação do professor Prof. Esp. Clayton Roberto.

Aparecida de Goiânia

2019/2

Oliveira, Elisangela Maria de

O481 Libras na educação infantil e séries iniciais: uma proposta relevante para o ensino aprendizagem de crianças surdas / Elisangela Maria de Oliveira. – Aparecida de Goiânia-GO, 2019

iv, 22 f. : il. ; 29 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP, Campus Bela Morada, Aparecida Goiânia, 2019.

Orientadora: Profª. Esp. Clayton Roberto.

1. Surdez. 2. Libras3. Aprendizagem. I. Título. II. Faculdade Nossa Senhora Aparecida.

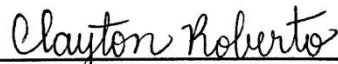
CDU 373.2-056.263

TERMO DE APROVAÇÃO

LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: UMA PROPOSTA
RELEVANTE PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS
SURDAS.

ELISANGELA MARIA DE OLIVEIRA

Este Artigo Científico foi apresentado (a) no dia 12 de dezembro do ano de 2019 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia, tendo sido avaliada e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:



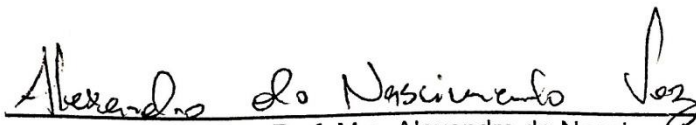
Prof. Esp. Clayton Roberto.

Orientador (a) – FANAP



Prof.ª. Dr.ª. Lorena Fleury de Moura

Leitor (a) – FANAP



Prof. M.e. Alexandre do Nascimento Vaz

Leitor (a) – FANAP

LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: UMA PROPOSTA RELEVANTE PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS SURDAS.

Elisangela Maria de OLIVEIRA¹

Clayton ROBERTO²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal compreender a relevância do ensino de Libras para crianças com surdez no contexto escolar. A metodologia utilizada foi a partir de pesquisas bibliográficas embasadas em autores como Quadros (2007), Dall' Acqua (2007), Lacerda (1998), entre outros. O resultado desta pesquisa foi a constatação da necessidade de se refletir sobre o ensino de Libras para alunos surdos, como também a compreensão de um tema que está cada vez mais presente no cotidiano escolar. Este artigo compõe-se de cinco tópicos, que discutirão reflexões relevantes como: o que é Libras; o que é surdez; o ensino e aprendizagem de crianças com surdez; o papel do professor mediante o ensino de Libras, entre outros, que revelam a relevância de refletir sobre este tema que se torna cada vez mais presente no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. Libras. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to understand the relevance of teaching Libras to deaf children in the school context. The methodology used was based on bibliographic research based on authors such as Quadros (2007), Dall 'Acqua (2007), Lacerda (1998), among others. The result of this research was the realization of the need to reflect on the teaching of Libras for deaf students, as well as the understanding of a theme that is increasingly present in everyday school life. This article consists of five topics, which will discuss relevant reflections such as: what is Libras; what is deafness; the teaching and learning of deaf children; The role of the teacher through the teaching of Libras, among others, which reveals the relevance of reflecting on this theme that is increasingly present in daily school life.

KEYWORDS: Deafness. Pounds. Learning.

¹ Acadêmico(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

² Professor-orientador. Prof. Esp.. Graduado em Pedagogia. Professor da FANAP.

INTRODUÇÃO

O artigo “Libras na Educação Infantil e séries iniciais: uma proposta relevante para o ensino aprendizagem de crianças surdas” tem a finalidade de apresentar uma reflexão sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras nos anos iniciais observando em primeiro instante conceitos relevantes tais como: “O que é Libras?” e “O que é surdez?”. O artigo propõem também estudos sobre fatores históricos relevantes que auxiliaram as pessoas com surdez a demonstrarem suas capacidades e conquistarem o direito de frequentar a escola. Compreendendo ainda, como autores conceituados apresentam este tema de forma crítica e reflexiva, demonstrando a importância da Libras dentro da sala de aula desde a educação infantil e das séries iniciais.

O artigo também demonstra uma reflexão sobre o papel do professor, diante do ensino-aprendizagem de crianças surdas. Além de constatar a relevância da interação para a aquisição de conhecimento de crianças com surdez.

O estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas e embasada em autores como: Quadros (2007) Dall’ Acqua (2007) Lacerda (1998) Vasconcellos (2006) Feltrin (2004) Skliar (1999) Lima (2006), entre outros. O problema da pesquisa trará o seguinte questionamento: Qual a influência do ensino de Libras no aprendizado de crianças com surdez que estudam nos anos iniciais?

A pesquisa apresentará como objetivos: Compreender a relevância do ensino de Libras para crianças com surdez no contexto escolar; compreender os desafios do ensino de Libras na Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental; refletir sobre o aprendizado de crianças com surdez; apontar o papel do professor mediante o ensino de Libras, e por fim, analisar os benefícios da interação na aquisição de conhecimento do aluno com surdez.

Para desenvolver o tema “Libras nas séries iniciais: Uma Proposta Relevante Para o Ensino Aprendizagem de Crianças com surdez”, a pesquisa foi estruturada com cinco tópicos. O primeiro tópico “Libras, conceitos relevantes para sua compreensão.”, responde a perguntas que são essenciais para entender pontos fundamentais da Língua de sinais.

O segundo tópico “Libras na educação infantil e nas séries iniciais”, descreve pontos essenciais da Língua Brasileira de Sinais, demonstrando historicamente suas

conquistas e sua evolução no decorrer dos tempos. O terceiro tópico fala sobre o “Ensino-aprendizagem de crianças surdas.”, proporcionando uma reflexão sobre o desafio de aprender sendo uma pessoa com surdez, e sobre o direito legal que regulamentam questões positivas a favor dos surdos.

O quarto tópico “O papel do professor mediante o ensino de Libras” apresentará como o profissional da educação deve aprimorar seus conhecimentos a fim de promover uma aquisição de conhecimento relevante para alunos surdos.

O quinto tópico “A contribuição da interação para a aquisição de conhecimento de crianças surdas” demonstra como a interação pode ser fundamental para o ensino de crianças com surdez, a fim de promover um contato direto entre toda comunidade escolar, impedindo que determinadas limitações sejam vistas como problemas, mas como oportunidades para aprender e propagar valores essenciais para vida humana.

Compreende-se que as instituições de ensino enfrentam grandes desafios relacionados ao acolhimento de crianças com diferentes deficiências, diante desta questão é possível observar a necessidade de pesquisas que busquem conhecimentos que proporcionem aos profissionais de educação refletir em sobre como melhor atender estas crianças. Nestes contextos visualizamos que esta pesquisa abrange um conhecimento específico sobre a surdez, fundamentando-se em autores que abordam com bastante clareza o assunto.

O tema abordado nesta pesquisa visa analisar diversos fatores que norteiam o ensino de Libras para a educação infantil e séries iniciais, sendo de extrema relevância, uma vez que proporciona aos profissionais da educação uma reflexão ampla desta temática que cada dia mais está presente no cotidiano das instituições de ensino.

A reflexão sobre como a criança com surdez aprende por meio da Libras, auxilia o professor a elaborar seu planejamento com metodologias que permitam momentos de aprendizados únicos, promovendo a aquisição de conhecimentos fundamentais. Além de auxiliar a propagação de valores humanos essenciais para romper barreiras como o preconceito.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

1.1. Libras, conceitos relevantes para sua compreensão.

Para melhor compreensão sobre o que é Libras, primeiro devemos esclarecer o que é a Língua de Sinais, também conhecida como língua gestual, pois, a mesma utiliza-se de gestos e sinais, substituindo a língua que todos nós conhecemos e comunicamos seja ela: a língua oral ou de sons.

Os indivíduos que ouvem parecem utilizar, em sua linguagem, os dois processos: o verbal e o não-verbal. A surdez congênita e pré-verbal pode bloquear o desenvolvimento da linguagem verbal, mas não impede o desenvolvimento dos processos não verbais (LIMA, 2006, p. 15).

Sendo assim, a pessoa surda mesmo com ausência de sons pode se comunicar, uma vez que seus processos não verbais se desenvolvem normalmente, tornando-a capaz de expressar por meio da língua de sinais.

A comunicação através da língua de sinais é o meio de um grupo de indivíduos surdos poderem se comunicar, isto é, através dela que as pessoas surdas trocam comunicações entre si, e com outros, no caso, ouvintes. Muitos acham que por se tratar de uma comunicação por gestos, ela deveria ser igual para todos os surdos, mas na realidade como qualquer outra língua, cada país ou região tem seu desenvolvimento próprio.

A língua de sinais não se baseia apenas em gestos ou mímicas, ela vai muito mais além, pois é uma língua com léxico, que é todo o conjunto de palavras na qual a pessoa de uma determinada língua tem a sua disposição para que a mesma possa expressar-se seja por escrito ou oralmente. Quadros; Karnopp (2004, p. 34) afirmam que “as Línguas de Sinais apenas incluem elementos subléxicos e lexicais de acordo com a estrutura de Língua Orais locais, sendo transliterações ou meros sinais traduzidos manualmente para palavras das Línguas Orais”

A língua de sinais se diferencia da língua oral-auditiva, pois ela é realizada pelo canal visual, com a utilização do espaço, das expressões faciais e por movimentos gestuais, que são perceptivos a visão, isto é a mensagem tem que ser expressa de forma que o receptor possa ver, para assim conseguir interpretar e compreender o que o emissor deseja dizer. A língua de sinais não é apenas uma junção de gestos, mas sim um meio de comunicação essencial para pessoas que tem deficiência

auditiva ou surdez. De acordo com os autores Quadros e Karnopp (2004, p. 54) “é definitivo com um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos intensos da mão aos movimentos do pulso e aos movimentos direcionais no espaço”.

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é uma língua oficial de comunicação utilizada pela comunidade surda no Brasil. Segundo Quadros (2011 p. 17), “Os aspectos linguísticos da língua de sinais apresentam análises em todos os níveis linguísticos, ou seja, nos níveis fonológicos (quirológico), morfológico, sintático, semântico e pragmático”, possuindo complexidades como as que norteiam a língua oral.

Para essa reflexão é importante entender o que é Libras, e o que é surdez, a deficiência que norteia esta discussão. Nos dias atuais esta forma de comunicação é reconhecida pela Lei n 10.436 em 24 de abril de 2002. A cada dia a Libras vem conquistando espaço se tornando uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de profissionais da educação como os professores de pedagogia e outros.

A Libras é considerada a língua natural dos surdos do Brasil, e é por meio dela que as pessoas surdas podem estabelecer comunicação e construir seu próprio sistema linguístico sendo capaz de se comunicar mesmo tendo surdez.

A educação para surdos iniciou-se no Brasil durante o Segundo Império. Eduart Huet, um educador francês que já havia frequentado a escola para surdo em Paris, chegou ao Brasil a convite do imperador D. Pedro II, trazendo consigo o alfabeto manual Francês e posteriormente trouxe a Língua Brasileira de Sinais. Em 26 de setembro de 1857, com documentos importantes sobre educação de surdos e o apoio do imperador, EduartHuet solicitou um local onde poderia dar início ao projeto de fundação do primeiro Institutos do Surdos-Mudos em 26 de setembro de 1857, conhecido atualmente como Instituto Nacional de Educação do Surdos (INES).

A Língua de Sinais ocorre por meio de gestos e expressões corporais por isso é chamada de gestual-visual, emitindo a comunicação através das mãos, que fazem sinais que podem ser interpretados e compreendidos pelo receptor que também precisa conhecer a língua de sinais.

A língua de Sinais é uma linguagem viso espacial, na qual os gestos são traçados no espaço para serem vistos. Ela tem parâmetros próprios assim algumas características da linguagem oral com uma dada entoação ou um

questionamento não são compreensíveis para a pessoa surda(LIMA; 2006 p. 68).

Neste contexto nota-se certas peculiaridades da língua de sinais, uma vez que é uma linguagem viso espacial, isto é, o emissor realiza os gestos que são vistos pelo receptor, que compreende a mensagem, tornando assim real a comunicação.

Ao refletir sobre Libras nos deparamos com a deficiência que norteia esta discussão a surdez. Segundo Marchesi (1996),“a surdez é caracterizada pela perda, parcial, ou total da percepção dos sons e existem diversos tipos de deficiência auditiva, que são classificadas conforme o grau de perda da audição”. A perda auditiva é avaliada pela intensidade do som, que é medida em decibéis (dB), e deve ser avaliada em cada um dos ouvidos.

A surdez é uma deficiência que pode ser detectada desde o nascimento ou ao longo da vida em qualquer idade.Cientificamente há uma diferença entre Deficiência Auditiva e a Surdez. As pessoas que tem perda profunda, e não escutam nada, são surdas. Já aquelas que sofreram uma perda leve ou moderada, tendo ainda parte da audição, são consideradas deficientes auditivas.

Com base na classificação da Portaria Interministerial N°. 186, de 10/03/78 (MEC/SEESP, 1995) e do Bureau Internacional d'Audiophonologie - BIAP considera-se "parcialmente surdo" os indivíduos que apresentam, respectivamente, surdez leve ou moderada e "surdo" aqueles que apresentam surdez severa ou profunda. Existem cinco tipos de surdez são elas: leve; moderada; acentuada; severa; e a profunda que na verdade só responde a audição a sons muito intensos os mesmos são sons de: carro, discoteca, máquina de serrar madeira, avião decolando.

Diversos fatores podem ocasionar a perda parcial ou total da audição conforme o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.Esta dificuldade de ouvir influencia diretamente no cotidiano de uma pessoa, e para muitos a Libras é a melhor alternativa para serem compreendidos e compreenderem a sociedade a qual estão inseridos.

1.2. Libras na educação infantil e nas séries iniciais.

A educação infantil e séries iniciais se apresentam como um instrumento fundamental para o ensino-aprendizagem dos educandos. Na atualidade as instituições de ensino enfrentam diversos desafios, pois as escolas estão se tornando cada dia mais inclusivas, acolhendo crianças com diferentes deficiências. As crianças surdas fazem parte deste quadro de alunos que necessitam de um olhar reflexivo, a fim de possibilitar e atingir a aquisição de conhecimento mesmo diante de suas limitações.

Segundo Bersch e Machado (2007, p. 19):

[...] a educação infantil, proposta nos espaços da creche e pré-escola, possibilitará que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando: brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade.

A fase da Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, uma vez que abrange diversos pontos que contribuem positivamente para a formação dos educandos. O aluno surdo, assim como qualquer outra criança, deve ingressar neste contexto escolar desde a creche, pois isso lhe proporcionará uma preparação mais eficaz para as próximas etapas de sua vida estudantil.

A Língua Brasileira de Sinais é o meio de comunicação que permite as crianças com surdez, interagir, expressar e construir seu conhecimento. O que confere a legislação Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelecida originalmente no artigo 1.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Neste contexto compreende-se que a Língua Brasileira de Sinais é amparada pela legislação sendo reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão. Sendo de extrema relevância para a aquisição de conhecimento de crianças surdas, uma vez que este é o meio de comunicação no qual possibilita a aquisição de conhecimento fundamental para sua formação.

As Crianças surdas necessitam frequentar a escola, mas para isso a instituição de ensino deve oferecer o acompanhamento de um profissional qualificado com formação adequada, como afirma a legislação Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelecida no artigo 5.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Nota-se a importância de uma boa qualificação na formação de docentes que atuarão na educação infantil e anos iniciais, uma vez que estes profissionais deverão atuar como intérpretes de Libras, possibilitando que estes alunos tenham uma formação adequada.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 é bastante relevante pois regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que oferece todo suporte legal sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Essa conquista foi fruto de movimentos sociais realizados por comunidades surdas que lutaram pelos seus direitos, alcançando-os nas últimas décadas.

O ensino de crianças com surdez é amparado por lei e as escolas devem se preparar para melhor atender estes alunos, a fim de que, a aquisição de conhecimento ocorra de forma positiva mesmo diante das limitações impostas pela deficiência.

Ao refletir sobre a Libras nota-se a relevância dessa língua como forma de comunicação das crianças com surdez. É necessário proporcionar meio de desenvolver a língua de uma forma gradativa possibilitando seu aprendizado, pois assim como a língua falada, a Libras também é uma forma de comunicação que gradualmente vai se ampliando tornando-se cada vez mais clara e compreensiva.

A fala oral não é o único recurso para a expressão do pensamento, o que verifica-se é que a Língua de Sinais mesmo sendo gestual-visual, desempenha um excelente papel para a aquisição de conhecimentos de crianças surdas, possibilitando um desenvolvimento de habilidades e uma construção da sua autonomia, como afirma Pereira (2000, p. 98) “A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os seus usuários.”

As crianças com surdez necessitam frequentar a escola, pois este ambiente escolar é fundamental para seu desenvolvimento. Como afirma Cedés,

É na escola que as crianças aprendem ou aperfeiçoam formas de narrar, de descrever, modos adequados de usar a linguagem em diferentes contextos, ampliando seu conhecimento linguístico, e experimentam regras de convivência social, regras de formação de grupo e de valores sociais fundamentais para a adaptação da vida em sociedade (2006,p. 177).

No ambiente escolar, a criança tem a possibilidade de se desenvolver em diferentes áreas por meio das diferentes metodologias que garantem uma formação integral do educando, preparando-o para a vida em sociedade, fazendo com que estas crianças aprendam a ter um olhar crítico e reflexivo da realidade.

A escola é responsável por ofertar a todas as crianças um ensino de qualidade, e para as crianças surdas, essas responsabilidades se ampliam, pois além de oferecer um ensino com excelência, também deve ofertar possibilidades para que esta criança tenha uma aquisição de conhecimento mesmo diante das dificuldades apresentadas pela deficiência constituindo um trabalho difícil e bastante desafiador.

Segundo Kirk e Gallagher (1996, p.230):

As crianças com deficiência auditiva apresentam alguns dos problemas mais difíceis e desafiantes para a educação especial. A perda auditiva interfere tanto na recepção da linguagem quanto na sua produção. Pelo fato de a linguagem interferir em praticamente todas as dimensões do desenvolvimento, a incapacidade de ouvir e falar é uma deficiência crítica, que pode dificultar o ajustamento social e acadêmico.

Dentro deste contexto verifica-se que a criança com surdez enfrenta grandes desafios, pois esta limitação interfere diretamente no seu desenvolvimento uma vez que atinge a recepção e produção da linguagem. A incapacidade de ouvir e falar interfere em todas as áreas da vida de um indivíduo inclusive ao que se refere à aquisição de conhecimento sendo considerada uma deficiência crítica que dificulta o que o autor Kirk e Gallagher (1996) nomeia como ajustamento social e acadêmico.

Na atualidade, as escolas estão recebendo um número maior de matrículas de crianças surdas, não obstante para as instituições de ensino ainda existem uma grande barreira, pois muitas vezes estas crianças chegam na escola com pouca fluência da utilização da Língua Brasileira de Sinais, e dessa forma a comunicação entre professor- aluno e entre aluno-aluno, é prejudicada.

As propostas educacionais têm como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno das capacidades das crianças, entretanto no que refere à surdez, há diferentes práticas pedagógicas que tem se apresentado com uma série de limitações, levando-os a muitas vezes desistirem do processo de escolarização, fazendo com que estas crianças não alcancem a alfabetização necessária nesta fase inicial.

Entretanto, no que se refere a alfabetização de crianças surdas, verifica-se que apesar de ser um desafio, não se apresenta como uma ação diferente da executada com alunos ouvintes como afirma Honora e Frizanco(2009, p. 43):

A alfabetização [...] em nada se difere da alfabetização de um aluno ouvinte. Entretanto o professor (a) deve dispor de muito mais recursos didáticos-pedagógicos quando se trata de uma turma com surdos e ouvintes, principalmente os visuais.

Nota-se que por mais limitante que seja a surdez, ela não impede que estas crianças se desenvolvam plenamente, podendo serem alfabetizadas e se desenvolverem como um aluno ouvinte. Entretanto, o que se verifica é uma maior necessidade de materiais didáticos-pedagógicos que auxiliem na aquisição de conhecimento.

A criança surda ao ser alfabetizada o bilinguismo deve fazer parte deste processo, pois da capacitação à pessoa com surdez, utilizando das duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte.

O Bilinguismo na área da surdez propõe um espaço efetivo para que a língua de sinais seja utilizada no trabalho educacional, propondo que sejam ensinadas duas línguas à criança surda: a língua de sinais por ser sua língua natural e a língua oficial do país (no caso do Brasil, a Libras – Língua Brasileira de Sinais e o Português (LACERDA, 2002, p.163).

O bilinguismo é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que auxilia as crianças a obter conhecimento relevante para sua formação. O educando surdo necessita de um acompanhamento de um intérprete de Libras para que consiga assimilar os ensinamentos dentro da sala de aula, uma vez que este processo demanda mais esforço e atenção.

Para a implantação desta prática bilíngue dentro de sala de aula é necessária uma formação de profissionais fluentes em língua de sinais, que são conhecedores das práticas e que atendam estas crianças surdas com responsabilidade e eficácia.

O desempenho acadêmico e social de crianças surdas só pode ser alcançado, caso o espaço escolar forneça condições linguísticas e culturais especiais. Portanto, a língua de sinais deve ser presente e para isso, é necessário o intérprete de (Libras) e de educadores que compreendam a realidade de crianças com esta deficiência, para que possa haver uma divulgação dos conteúdos escolares na educação infantil em Libras e uma interação com toda comunidade escolar.

A língua de sinais evolui gradualmente, toda criança surda, independentemente de sua origem racial, geográfica, social ou econômica, é capaz de adquirir a língua de sinais, desde que seja acompanhada por um profissional da educação capacitado, que poderá realizar um atendimento educacional especializado de Libras.

Este atendimento é fundamental para que as crianças com surdez sejam bem atendidas e possam ampliar seus conhecimentos. Damázio afirma que:

O atendimento educacional especializado de Libras é outro momento didático-pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola comum. Ele ocorre no horário contrário ao das aulas, é um trabalho realizado pelo professor ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo). Inicialmente é feito o diagnóstico do aluno, quando o atendimento será planejado a partir dos conhecimentos que o aluno tem sobre Libras (2007, p. 32).

Contudo, verifica-se que o atendimento educacional especializado é de extrema relevância para a criança com surdez, pois é por meio dele que são reservados momentos com um profissional qualificado que poderá realizar um diagnóstico do aluno e adequar suas práticas pedagógicas mediante aos conhecimentos prévios que o aluno tenha com respeito a Libras, favorecendo assim a aquisição de conhecimento.

1.3. Ensino-aprendizagem de crianças surdas.

As crianças surdas enfrentam inúmeros obstáculos para ingressar na educação escolar, pois com a perda da audição a aquisição de conhecimento se torna um processo desafiador. Apesar dos desafios, estas crianças são amparadas por lei para frequentar a escola e também receber atendimento especializado. Como afirma a Lei de nº 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo IV, onde trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, onde demanda que:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1990).

A citação apresentada acima do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura as crianças com deficiência, o direito a educação como obrigação do Estado. Nota-se que esta educação na rede regular de ensino pode iniciar na Educação Infantil, acompanhando este aluno em toda sua vida acadêmica. Quando tratamos de crianças surdas é necessário que elas frequentem escolas que ofereçam a língua de sinais, uma vez que será por meio da Libras que se estabelecerá a comunicação.

A educação específica para pessoas surdas no Brasil iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos – Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (I.N.E.S) Este foi primeiro contato com a Língua de Sinais no Brasil, naquele tempo o trabalho de oralização era feito pelos professores sem especialização, o que dificultava todo processo de ensino, mas era o ponto de partida para o alcance de grandes conquistas da comunidade surda. Mesmo não havendo professores especializados na área, a comunidade surda passou a conquistar o seu espaço na sociedade. E por meio da legislação Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015, estabelecida no artigo 1.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Neste contexto verifica-se que esta Lei foi fundamental para iniciar o processo de reconhecimento acerca da importância de uma proposta educacional que permita que as crianças surdas tenham a obtenção de seus direitos. Tendo como prioridade o acesso a Educação por meio de duas línguas: a Libras e a língua portuguesa.

A escola deve desenvolver um atendimento especializado, oferecendo todas as oportunidades para que no ambiente escolar ocorra processos educacionais que estimule o ensino-aprendizagem de todos os alunos, inclusive dos alunos surdos, fazendo com que eles sejam atendidos de acordo com suas especificidades.

Na educação dos dias atuais, todos os alunos com deficiência que frequentam o ensino regular têm direito ao Atendimento Educacional Especializado AEE, este direito garante a essas crianças o acesso e permanência na escola.

Para que o aluno surdo construa seu conhecimento no cotidiano escolar a instituição de ensino deve abrir espaço para a inclusão, acolhendo estas crianças e proporcionando a elas condições para um desenvolvimento de ensino eficaz, em uma sala de aula inclusiva, estes alunos devem ser estimulados a pensar e raciocinar, assim como os alunos ouvintes. Cabe ao professor o dever de desenvolver estratégias e métodos pedagógicos, que estimule estes alunos. Como cita Marchesi:

1. Favorecer a atividade própria dos alunos e fomentar suas experiência diretas, como ponto de partida da aprendizagem.
2. Organizar as atividades de aprendizagens em pequenos grupos, para estimular a comunicação e cooperação entre os alunos.
3. Possibilitar a realização de diversas tarefas ao mesmo tempo, pelos diferentes grupos de alunos, o que facilita o trabalho mais individualizado para a criança surda, que pode, assim, ser ajudada pelo professor de apoio.
4. Utilizar constantemente métodos visuais de comunicação que sirvam de suporte à informação que é transmitida oralmente (desenho, leitura, vídeo, cartaz, etc.) (1995, p.225-226).

Neste contexto nota-se a relevância das estratégias pedagógicas, para a aquisição de conhecimento dos alunos surdos. São métodos que devem ser planejados visando a necessidade do aluno, a fim de proporcionar a criança com surdez o acesso ao conhecimento, por meio do trabalho educativo e da interação com todos.

Para que uma instituição de ensino seja considerada um espaço inclusivo ela deve ser democrática, buscando sempre se ajustar ao contexto real vivenciado, e responder aos desafios que surgirão no seu cotidiano. Com relação ao docente, principalmente o professor de apoio, é necessário para sua atuação que ele domine a Língua Brasileira de Sinais e os conhecimentos acerca de como uma pessoa surda aprende. O domínio de Libras será necessário quando o aluno estiver fluente, o que não ocorre na Educação Infantil e nas séries iniciais.

Estas questões são fundamentais para atender as necessidades de alunos surdos, pois a cada dia a inclusão faz parte do cotidiano escolar, e com isso “torna-se cada vez mais necessário e complexo o processo de formação de professores da educação especial” (DALL’ ACQUA, 2007, p. 116).

A escola deve sempre estar atenta para que os professores e alunos desenvolvam uma dinâmica em sala de aula no qual o conhecimento seja de fato compartilhado entre todos os alunos, independentemente de serem ouvintes ou surdos.

As adaptações curriculares são fundamentais para o apoio da educação dos surdos, uma vez que, exigem determinados atendimentos que são fundamentais para aquisição de conhecimento dos alunos com surdez, tais como: atendimento psicopedagógico; atendimento com intérprete; materiais pedagógicos adaptados; atendimento especializado entre outros. Independentemente de ser rede pública ou particular.

Aranha conceitua as adaptações curriculares.

As Adaptações Curriculares são providências políticas, administrativas, técnica e tecnológicas que devem ser implementadas para atender as necessidades educacionais de cada aluno, inclusive as necessidades educacionais especiais, de forma a favorecer lhes o acesso ao conhecimento e seu uso funcional, na administração de sua própria vida, e no processo de transformação da sociedade (2002, p. 15).

Nota-se a relevância das adaptações curriculares para a aquisição de conhecimento das crianças com surdez, pois as mesmas receberão atendimentos específicos, que atenderão as suas necessidades favorecendo sua aprendizagem.

O professor tem a responsabilidade de estimular nas crianças a formação pessoal, social e o conhecimento do mundo. Referindo-se à formação pessoal e social, o currículo a ser desenvolvido deve ter como prioridade a identidade e autonomia da criança. Quanto ao conhecimento do mundo, o que deve ser priorizado são as atividades que envolvam: linguagem e escrita; expressão corporal; natureza e sociedade; artes visuais e a matemática.

Quando falamos em proposta curricular para a criança com surdez observa-se que existem alterações, pois o currículo deve respeitar as suas limitações e as peculiaridades de sua deficiência.

1.4. O papel do professor mediante o ensino de Libras.

A educação pode ser considerada como uma chave, responsável por abrir possibilidades para transformar a vida de indivíduos tornando-os sujeitos críticos e reflexivos sobre si mesmo e sobre a sociedade na qual está inserido. Um dos papéis essenciais no processo de ensino está relacionado ao trabalho do professor, o qual se faz presente em todos os momentos da formação do educando, é inegável sua

importância, pois, ele auxilia o aluno, buscando motivá-lo, atuando como mediador na aquisição do conhecimento do aluno.

O professor é a base de uma sala de aula, considerado um orientador de ações que podem ser positivas ou negativas dependendo da sua atuação, como afirma Vasconcellos (2006, p. 40) “por um lado, ele é autoridade na sala de aula e, portanto, goza de certa liberdade de fazer o que quiser”; neste sentido, é válido ressaltar, que o professor é importante para o desempenho do educando, e que o rendimento da sala de aula, depende da forma como o professor conduz todo o processo de ensino.

Partindo deste pensamento, observa-se que os professores, são formadores de opiniões e atitudes, responsáveis por incentivar os seus alunos a ter ações livres de preconceitos, mediante as limitações dos alunos tem qualquer deficiência, fazendo com que a interação entre os alunos seja positiva e livre de atitudes preconceituosas.

Em 1999, aconteceu em Guatemala uma convenção pelo conselho permanente na Assembleia Geral Vigésimo Nono Período Ordinário de sessões AG/doc. 3826/99 com o Tema 34 da agenda projeto de resolução convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, que foi aprovado em 26 de maio de 1999, defendendo os direitos das pessoas com deficiência, pedindo o fim da discriminação.

Já em 2002, a Libras foi reconhecida como legítimo meio de comunicação, passando a ser considerada fundamental para a formação de professores, chegando até o ser incluída na grade curricular do curso de licenciatura em Pedagogia.

Nas instituições de ensino o trabalho educacional precisa ser orientado para enfatizar os pontos fortes da criança, revelando seus talentos e despertando suas habilidades, e não enfatizando suas limitações. Buscando ter como resultado o respeito às diferenças independentemente de qual seja a limitação, o aluno precisa ser respeitado e valorizado.

O aluno surdo, sempre deve ser estimulado pelo professor, por meio de diferentes metodologias como os materiais pedagógicos visuais, o trabalho em grupo e etc. buscando desenvolver seu conhecimento linguístico, se tornando um aluno bilíngue, sendo ensinada a língua de sinais por ser sua língua natural e a língua oficial do país, que no Brasil é o português, “o surdo utiliza a Libras em todas as situações.

[...]Para os surdos, o português é ensinado de forma sistemática na modalidade escrita, desempenhando o papel de segunda língua” (Moura, 2008, p.3).

Dentro do contexto escolar, existem escolas renomadas próprias para alunos com surdez como o Instituto Santa Terezinha localizado no estado de São Paulo, e outras que são de alunos ouvintes, porém acolhem estas crianças e desempenham um lindo papel incentivando a inclusão e a quebra de preconceitos. Alguns pais optam pelas escolas específicas para surdos e outros acreditam no trabalho de inclusão feito na escola regular.

O professor tem o papel de promover a inclusão, acolhendo crianças surdas, e promovendo a interação entre todos os alunos da instituição, auxiliando as crianças a interagir e a desenvolverem valores que são essenciais no combate ao preconceito. O docente sempre deve ter uma atitude acolhedora frente às necessidades destes alunos, buscando sempre os tratar com igualdade e respeito, evidenciando suas potencialidades.

É importante que todo professor se capacite para trabalhar com a Libras, o que permite maior conhecimento e aproximação com as crianças com surdez. Todo material utilizado em sala de aula deve ser preparado pelo professor visando facilitar a apropriação do conhecimento de todos os alunos inclusive dos alunos surdos.

O aprendizado dos alunos se dá no cotidiano, através da interação e do contato com conhecimento. O professor ao desenvolver seu planejamento tem que pensar em dois pontos importantes que são: “o que está preparando” e “para quem está preparando”, para que consiga por meio do seu planejamento alcançar as especificidades de cada aluno.

O professor deve ser o mediador do conhecimento, tornando a sala de aula um ambiente favorável à aquisição de conhecimento. O professor que tem em sua sala um aluno surdo tem grandes desafios a vencer, tendo um relevante papel por meio da sua participação na contribuição social e no desenvolvimento integral dos alunos, sendo capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando as necessidades de cada educando.

1.5. A contribuição da interação para a aquisição de conhecimento de crianças surdas.

Compreende-se que a interação é fundamental em qualquer etapa da aquisição do conhecimento. Na Educação Infantil esta relevância ganha ainda mais ênfase, pois por meio da interação, o professor pode desenvolver diversas atividades que ocasiona o desenvolvimento integral da criança.

Quando se tem alunos surdos participando de uma classe regular, o processo de ensino se torna um desafio ainda maior para o docente, pois inúmeras questões precisam ser adaptadas a fim de que a aquisição de conhecimento alcance todos os alunos, independentemente de sua necessidade ou limitação.

Feltrin (2004, p. 45), destaca que a “[...] educação inclusiva é o sistema de convivência e aprendizagem em grupo que melhor beneficia a todos”. A inclusão de um educando surdo é de responsabilidade de toda comunidade escolar, e para que esta inclusão aconteça existe um fator fundamental a “interação”, que atua ocasionando um contato direto do deficiente com outros membros da instituição de ensino, proporcionando um aprendizado positivo e eficaz para todos.

É imprescindível que os professores que tem alunos surdos, compreendam como acontece o processo de aquisição da Língua Portuguesa escrita por indivíduos surdos, pois este conhecimento facilitará na elaboração de metodologias como materiais didáticos pedagógicos visual (desenhos, vídeos, cartazes e etc.), trabalhos em grupos, atividades que promovam a interação entre outras metodologias que proporcionará a aquisição de conhecimento deste aluno, garantindo um apoio especializado.

Skliar (1999, p. 47), Considera que “A surdez faz os surdos como são: pessoas diferentes com formas próprias de assimilar e expressar o mundo.” Nem sempre as pessoas surdas eram socialmente reconhecidas como capazes para serem alfabetizadas, há tempos atrás os surdos não participavam de educação formal, confundiam-se o problema auditivo com uma doença mental que impedia o aprendizado. Mas, no século XVIII surgiram discussões e reflexões que foram fundamentais para a compreensão da surdez, diversos assuntos foram debatidos a

fim de fazer com que a sociedade transformasse sua forma de ver, e tratar pessoas surdas.

Ao debater assuntos sobre crianças surdas, nota-se a relevância da interação no cotidiano escolar, uma vez que, ela é responsável pela aquisição de conhecimento. E quando se trata de crianças surdas ela se apresenta com mais ênfase, pois é uma metodologia fundamental para que esses indivíduos tenha um desenvolvimento completo, sendo capaz de adquirir conhecimentos relevantes para sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, com base neste estudo, que a criança com surdez, assim como as demais crianças é capaz de ter uma aquisição de conhecimento completa e eficaz, entretanto visualizamos que para que isto ocorra, são necessárias determinadas questões essenciais, tais como: a compreensão da Libras; a capacitação do professor; a interação com toda comunidade escolar; o desejo por romper barreiras mesmo diante dos desafios, enfim diversas questões que necessitam ser colocadas em pautas de debates, a fim de promover reflexões positivas para crianças surdas.

Este estudo apresentou cinco tópicos importantes para compreender o ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil e nas series iniciais, com diversos autores que fundamentam a pesquisa, demonstrando a relevância da LIBRAS para o ensino aprendido das crianças com surdez.

Compreende-se que acolher uma criança com surdes em sala de aula é um grande desafio para o professor, pois esta deficiência faz com que a criança perca um fator essencial para a aquisição de conhecimento, mas o que o estudo revela é que as crianças com surdez são extremamente capazes de obter uma aquisição de conhecimento completa e eficaz. Nos séculos passados estas crianças não tinham direitos do acesso à escola, mas devido a diversos debates hoje elas têm a chance de frequentar uma instituição de ensino e superar suas limitações.

Esta pesquisa é de extrema relevância, pois foi possível obter como resultado a constatação da necessidade de se refletir sobre o ensino de Libras para alunos surdos desde a Educação Infantil e as séries iniciais, como também a compreensão de um tema que está cada vez mais presente no cotidiano escolar. Buscando gerar reflexões e debates que serão relevantes para a abordagem do assunto entre os profissionais da educação.

Por fim, afirma-se que este estudo pode ser um desencadeador de grandes reflexões e debates, pois acolhe em sua estrutura um tema relevante para a atuação dos profissionais da área da educação, refletindo sobre inúmeras questões que são imprescindíveis para auxiliar no trabalho do educador, favorecendo a superação dos desafios e a aquisição de conhecimento mesmo diante das limitações.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita; Machado Rosangela. **Conhecendo o aluno com deficiência física. Atendimento educacional especializado: deficiência física.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

DALL'ACQUA, M. J. C. **Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil.** Paidéia, v.17, n.36, p.115-122, 2007.

DAMAZIO, M. F. M **Deficiencia auditiva:** MEC/SEESP, 2007

FELTRIN, A. E. **A inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença.** São Paulo: Vozes, 2004.

HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecer as deficiências.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KIRK, Samuel A.; JAMES Gallagher J. **Educação da Criança Excepcional.** Tradução Marília Zanella Sanvicente. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LACERDA, Cristina B. F. de. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.** In: LODI, Ana Claudia et al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LIMA, D. **Educação Infantil: Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de Comunicação e Sinalização:** Surdez. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

MARCHESI, Álvaro. et. al. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagens escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MEC/SEESP - Secretaria de Educação Especial (1995). Subsídios para **Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Auditiva.** Brasília, DF: Autor. Criar referencia **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.**

Presidência da República, Casa Civil. **Decreto Nº 5.626.** Planalto.gov.Brasília. 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 29 de outubro de 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos surdos II.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

_____. Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Língua de Sinais: Instrumentos de Avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepções dialécticolibertadora do processo de avaliação escolar.** 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 de outubro 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n.º 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/> Acesso em: 25 de setembro de 2019.